

# **GAVIÃO NÃO,** **NÓS SOMOS PARKATÊJÊ!**

**Joana Zanotto Sabbá Guimarães**  
**Orientação: Mauro César Silveira**





# **GAVIÃO NÃO, NÓS SOMOS PARKATÊJÊ!**

**Cacique Krohokrenhum chorou apenas duas vezes na vida: nos dias em que seus dois filhos morreram. O líder de mais de 100 anos brigou de cabeça erguida ao lado de seu povo para conquistar autonomia econômica após dez anos de trabalhos forçados para o regime militar. Hoje trava uma luta contra a duplicação da Ferrovia Carajás da mineradora Vale, que corta o Território Indígena Mãe Maria, no sudeste paraense. E lidera um movimento para retomar a cultura abandonada pela comunidade desde o contato com não indígenas. Seu grupo havia sido denominado como Gavião pelas pessoas da cidade que o temiam. Mas eles são os Parkatêjê, o povo da jusante do rio**







**O** homem saiu para caçar na mata, a mulher prepara quitutes na cozinha, os jovens conversam na varanda, as crianças, barulhentas, assistem ao Discovery Kids no quarto. Em frente à televisão ligada na sala, Pyiaré se debruça sobre o caderno. A cada erro que comete, rasga uma folha. Sem ousar rabiscar a redação, recomeça do princípio, com a mesma paciência de quem está fazendo o exercício pela primeira vez.

Passam as horas e as folhas de papel amassadas se acumulam diante da missão frustrada de cumprir a tarefa indicada pelo professor: dissertar sobre tecnologia em aldeias indígenas. Finalmente, a família sucumbe aos insistentes pedidos de ajuda do velho e em pouco tempo a algaravia toma conta da sala:

-Mais valença...

-Que que é isso, pai?

-Esta palavra não significa isso, seu Pyiaré.

Ouviram-se gargalhadas e o índio arremata com esta:

-Eu quero dizê que a cultura existe. Eu falo na língua, os velho joga flecha, corre tora, tem tudinho.

-E os jovens?

-Os jovem só qué sabê de jogá futebol e falá português.

-Então tá diferente?

-Tá, mas a cultura não morreu, ela tá aqui. Quando tem festa grande todo mundo vai. Os velho e os jovem canta, se pinta.

-O pai acha que a tecnologia é boa ou ruim?

-Ela pode ajudá na escola e no roçado.

Às 21 horas, os reunidos chegam por fim num consenso. Fica entendido que a tecnologia é útil à aldeia, entretanto os jovens devem conciliar o uso dela à participação nas atividades culturais promovidas pelos anciões. Ponto final.

O prazo para entrega se aproxima e Pyiaré fica nervoso. Seu afilhado, Fabiano, sai às pressas no carro do patriarca em direção à casa do professor de literatura, Augusto. Percorre a BR 222, que corta a Terra Indígena, até Marabá, polo administrativo dos mega projetos, do sudeste do Pará. O professor o tranquiliza: o prazo foi prorrogado para domingo, 16 de agosto. O velho pode descansar.

**O** texto foi enviado a um concurso literário para estudantes de escola pública. O tema “tecnologia em aldeias” era especialmente destinado aos alunos indígenas, numerosos no estado. No Brasil, 37,4% dos 817.963 índios auto-declarados estão no norte do país, segundo o último Censo Demográfico do



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010. Os 39081 indígenas residentes no Pará fazem dele o terceiro estado nortista com maior concentração de índios. No Território Indígena Mãe Maria, no município Bom Jesus do Tocantins, há seis aldeias distribuídas em 62.488,4616 hectares. A área é 590 vezes maior que o Parque Ibirapuera da cidade de São Paulo. O terreno coberto por mata é um respiro no estado líder em desmatamento da Amazônia Legal, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Em Mãe Maria, dentre os rios Flecheiras e Jacundá, afluentes da margem direita do Tocantins, localizam-se uma pequena fazenda e duas aldeias Parkatêjê, com aproximadamente 422 moradores. A maioria vive na aldeia do Trinta, que leva o nome





**Ferrovia Carajás, da mineradora Vale, atravessa toda a parte sul do Território Indígena Mãe Maria**



da distância até Marabá. O local abriga dois círculos de casas, uma escola estadual, uma enfermaria, a associação administrativa do povo, uma Igreja Evangélica, dois campinhos de futebol e um pátio para reuniões. O portão de entrada é guardado por três índios trajados com camiseta da Guarda Florestal, calça militar e coturnos. Eles averiguam o porte de bebidas alcoólicas, proibidas pelo cacique, e a identidade de quem entra. São também os responsáveis por apreender posseiros, em rondas constantemente promovidas mata adentro.

Sete quilômetros adiante vivem o cacique e alguns dos anciões, que preferem se isolar da agitação dos jovens, na aldeia Rohokatêjê. Eles se mudaram em 2004 para o conjunto de casas de alvenaria, construídas por um projeto financiado pela mineradora Vale. Batizaram o local de Negão, pelos negros

que lá trabalhavam. No Negão há um círculo de casas, uma enfermaria menor que a do Trinta, um campinho de futebol e a associação que administra o Projeto Krohokrenhum Parkatêjê (PKP), fundado e coordenado por Kuia, filho do cacique. O projeto de criação de suínos e aves e de cultivo de milho e arroz foi desenvolvido para funcionar como fonte de renda no futuro.



velho Pyiaré não quis se mudar com os outros do Trinta para

o Negão. O pai de cinco filhos vive no mesmo lar desde que chegou na aldeia, em 1980. A sua casa é retangular, pintada cor-de-rosa. Fica bem em frente a robustas árvores que a separam dos círculos de residências idênticas. Ela está fora deles, uma das únicas. Nunca solitária. Na varanda, quando se vê, há gente. Às vezes é um que se refestela pendurado na rede, às vezes é outro que se balança na cadeira, ou todos que comem, ou todos que riem alto. Não são todos que falam. Noite dessas, a varanda





**O cacique Krohokrenhum lidera o canto na festa do milho**

estava cheia. Refrigerante e carne assada para comemorar o aniversário do pequeno Kuia, netinho de Pyiaré. Jopramre e a mãe Rãrãkre eram as que mais tagarelavam. Pyiaré, ao contrário, não falava nem com Ayrom, nem com Glaison. Ayrom não falava com Pyiaré e com o namorado da filha, que também não falava com Rãrãkre. E assim em respeito à lei do índio, como eles chamam as normas tradicionais de conduta, se fazia soar mais risada que palavra. Sogro e sogra

não devem se dirigir diretamente ao genro e à nora.

Saindo da varanda pela porta principal, entra-se num aposento onde se dá de cara com a televisão de sinal à cabo, na parede da frente da sala, mobiliada de forma simples com um sofá e duas poltronas. No quarto à direita dormem os dois primos Tembê, Tamari e Fabiano, criados desde moços pela família. Tamari tem 19 anos. Ele cursa o ensino médio em

um colégio público em Morada Nova e trabalha na guarita da aldeia para ganhar uns trocados e poder comprar suas próprias coisas, principalmente cremes e perfumes. Tamari pretende prestar vestibular para a mesma faculdade que o primo mais velho. Fabiano, por sua vez, está na última fase da graduação, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), e trabalha de noite na secretaria da escola estadual da aldeia.

Certa vez, Fabiano foi com um colega a uma festa de calouros de seu curso, em Marabá. O amigo, que estava com ele, entediado e sem escrúpulos, trocou a música que tocava por uma boa seresta. Na quarta cidade mais violenta do Brasil, isso pode dar em morte. Um conhecido da aniversariante metido a valentão deu na cara do amigo de Fabiano. O índio nem pensou, ergueu-se levando consigo a mesa coberta com os pratos da feijoada e a jogou contra o grandalhão que havia agredido seu parceiro. Desde então, pas-sou a ser respeitado no curso da faculdade que concluirá em 2015, tornando-se o primeiro indígena do país formado em Engenharia de Minas e Meio Ambiente. Acha graça quando os colegas de turma o questionam se vai chover ou sobre insetos e plantas. Às vezes inventa, mas depois se arrepende. “Esse índio não sabe de nada”, eles falam. Fabiano estagiou na empresa Vale e escreveu um artigo sobre mineração sustentável em aldeias, razão que faz com que



ele sofra certa hostilidade de outros estudantes indígenas em encontros nacionais que participa.

Em casa, ele é querido por todos. Ajuda a família com presteza, em especial, o padrinho Pyiaré, que como não tem carteira de motorista, o pede para levá-lo de carro para cima e para baixo. Em período de seca, o jovem levanta antes dos demais para encher os baldes d'água. Nesses momentos, o líquido desce amarronzado, apenas no início da manhã e no final da noite, eles dizem que a cor vem do ferro.

Do lado do quarto de Fabiano e Tamari, dormem Pyiaré e Júlia. O casal preserva dentro do cômodo trancado a chave, as louças que a mulher protege por ciúmes. Júlia não deixa ninguém parado, gosta de trabalhar e ver os outros ocupados. Na ausência

da senhora, quase 20 anos mais velha que o companheiro, a casa não é a mesma. Uma vez por ano, ela visita sua aldeia Tembê. Ocasão em que a neta Jopramré e o esposo Glaison tentam botar ordem no caos sozinhos. Eles dormem numa suíte, com duas camas e duas televisões, que os dão autonomia para assistir a telejornais e filmes, enquanto a filha acompanha o desenho animado. A energia elétrica é gratuita na aldeia, como contrapartida da Centrais Elétricas do Pará (CELPA), pelas linhas de alta tensão que cortam o território. No dormitório há ainda uma geladeira e uma caixa de papelão repleta de doces, iogurtes, biscoitos e salgadinhos.

Glaison é branco, com família de ourives. Antes mesmo de nascer tinha relação com os Parkatêjê. Seus avós, ex-funcionários da

Fundação Nacional do Índio (FUNAI), educaram Pyiaré em Belém. Anos mais tarde, Jopramré se hospedou na casa dos pais de criação do avô para estudar na capital, foi assim que conheceu Glaison e se apaixonou por ele. Acabou interrompendo a faculdade para cursar uma nova em Marabá. O matrimônio da jovem, que também é neta do cacique Krohokrenhum, no entanto, criou mal estar na comunidade, não é bem aceito casamento com não indígenas na aldeia. De qualquer forma, Jopramré continuou sendo eleita como uma entre os seis conselheiros representantes do povo.

Os últimos cômodos da casa, da esquerda para a direita, são a despensa, a cozinha e o banheiro. Fabiano e Tamari se esmeram para mantê-los organizados quando Júlia não está, como no mês em que convivi com eles.



**As mulheres se sentam no pátio, enquanto os anciões jogam flecha**



Período em Jopramré volta e meia repetia:

-Se minha mãe Júlia estivesse aqui, a casa não estaria deste jeito.

E depois fazia menção ao freezer, que cheirava a sangue há dias. O móvel branco armazenava sempre carne fresca, caçada por Glayson, Pyiaré ou um dos caseiros da fazenda. O mau odor dividia lugar com garrafas de plástico, abastecidas com água da torneira, açai batido e leite de mais de um mês. Jopramré não podia limpá-lo pois estava de resguarda. Na lei do índio, os pais não podem comer carne vermelha, nem fazer qualquer tipo de esforço por 40 dias após a gestação.

Os fundos da casa também faziam recordar a falta de Júlia. O lixo não era recolhido do chão há muito tempo e o matagal praticamente encobria o caminho que leva ao interior da mata. Os índios costumam passar por ele para ir pescar e caçar. Depois voltam com histórias de onças e de misteriosos bichos peludos que rodeiam a aldeia. Relatos para as noites à fogueira. Pyiaré, que sentia gosto em apontar as árvores, reclamava a falta de cuidado do jardim. E depois dizia:

-Tem uns meninos vindo pegar as frutas no pé.

Todo dia as crianças apanham fugidias frutos do quintal de Pyiaré. Os adultos, por sua vez, pedem mesmo! Há sempre gente

na porta para requisitar farinha, carne e até mesmo o carro do senhor. Não há vez em que nem filho, nem neto de Pyiaré o peçam a chave do automóvel vermelho. E ele pragueja: “vou comprar um carro novo só pra mim, só pra mim. Vocês que dividem esse.” É comum na aldeia ver as pessoas partilhando o rancho com os vizinhos e parentes. Geralmente quem recebe mais dinheiro acode os outros.

**P**yiare tem a pele escura, pouco enrugada para os estimados 67 anos. Somente os cabelos esbranquiçados lhe revelam idade. É baixo, esguio, corpo rijo de quem muito se exercita, com uma discreta saliência na região abdominal. Pode-se dizer que é “barriga de farinha”. Põe farinha, em tudo. Tudo mesmo! Mistura o grão com carne, açai, leite, café e até mesmo melancia. Adora encher o bucho, mas não sabe fritar nem um ovo. Tarefa para a paciente Júlia. Em compensação, se tem algo que domina bem é a arte de falar. Discute com raiva sobre a presença da Igreja Evangélica, erguida na aldeia em 2003, sobre as mazelas da corrupção no país e sobre as privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso. Mais tarde, em tom mais ameno, rememora contos do povo.

O velho é o diretor da Escola Estadual Peptykre Parkatêjê. Durante o dia, coordena as atividades do colégio e, à noite,



**Mulher limpa a carne de jacaré para o café da manhã**

curso pela segunda vez seguida o terceiro ano do ensino médio. “É pra eu aprendê mais.” Quando ele está em casa, senta-se na frente da televisão da sala e pratica os exercícios de alfabetização até pegar no sono, com a boca entreaberta. Porém quase nunca descansa o corpo incansável. Passa o tempo a percorrer o trajeto escola-pátio-casa.

No início do segundo semestre





deste ano Pyiaré ia todos os dias falar com o cacique no pátio da aldeia, pois os alunos não estavam indo às aulas. O espaço, em formato circular, é o ponto de encontro dos anciões, onde as decisões importantes são tomadas e as festas realizadas. O líder Krohokrenhum chega ao lugar diariamente às 4 horas da manhã, conduzido por seu motorista em uma 4x4. Ainda na madrugada come a primeira

refeição do dia, geralmente berarubu - um prato feito com mandioca recheada de carne de caça, peixe ou tartaruga, envolta por uma folha de bananeira. Depois se senta, acompanhado da esposa mais nova, enquanto a mais velha se refresca sob a sombra, na rede. De sua posição, escuta as reclamações de Pyiaré e aproveita para passar o sermão:

-Por que os alunos não tão vindo

pro acampamento? Eu quero ver tudinho aqui.

A culpa não é do pobre diretor, que completa:

-Eles não tão indo nem pra escola, não vão aqui.

A Escola Estadual Peptykre Parkatêjê segue as diretrizes da educação escolar indígena, com aulas diferenciadas e específicas



para o povo. Às sextas, os alunos têm aulas práticas sobre cultura com os anciões. Além disso, Pyiaré ensina o dialeto timbira parkatêjê aos estudantes de ensino médio, uma vez por semana, e sua filha Rârâkre leciona disciplina de Cultura e Identidade Indígena. Nesta aula, ela explica o significado das diferentes pinturas corporais, feitas com jenipapo e urucum, e mostra as brincadeiras e cantos tradicionais às crianças.

Neste ano, a volta das férias coincidiu com o período de preparação para a viagem de intercâmbio cultural com os Krahô. Anualmente, os Parkatêjê visitam o outro grupo Timbira, no Tocantins. Diferente dos Parkatêjê, os Krahô quase não têm contato com não

indígenas, mantendo, dessa forma, praticamente intactos os costumes e língua. O evento era ansiado com euforia pelos jovens, que por isso gazeavam as aulas.

A partir dos 12 anos, as crianças da aldeia adquirem relativa independência em relação aos pais. Vão sozinhas à escola e tomam suas próprias decisões. A educação é refletida no colégio. Não soa sirene no início das aulas, os alunos não precisam pedir autorização para se retirarem da classe e podem ficar sem camiseta em dias quentes demais. Apesar da liberdade, os professores, na maioria não indígenas, são unânimes ao elogiar o respeito dos estudantes por eles e pelos colegas. Os educadores possuem alojamento dentro da aldeia, que

os confere maior familiaridade com a comunidade. Antigamente, recebiam, além do salário pago pelo estado, auxílio monetário dos Parkatêjê, por meio da associação. Porém o reforço financeiro não sobreviveu à atual política de contenção de gastos da nova administração do povo, que precisa sanar uma dívida acumulada de mais de 600 mil reais com pessoas da cidade.

**A** Associação Indígena Parkatêjê Amjip Tar Kaxuwa foi fundada em 1997 para dar autonomia ao grupo na gestão do dinheiro repassado pela mineradora Vale. Eles recebem desde 1990, apoio econômico da empresa, como uma das contrapartidas à Ferrovia Carajás, que corta

**Indígenas cuidam do portão de entrada da aldeia, pessoas de fora só podem entrar com autorização**





o território. A associação é regida por um estatuto. A cada três anos, a comunidade vota em seus representantes, formados por uma diretoria e um conselho de seis pessoas. O presidente é invariavelmente o cacique Krohokrenhum. Cada conselheiro eleito é responsável por acompanhar um dos setores: de cultura, educação, saúde, vigilância, atividade produtiva e administração.

Todo o dia 10, entra na conta da associação 639 mil reais. O valor é repassado aos setores e às famílias após decisão coletiva da diretoria, com aceno do capitão. Os não indígenas que prestam serviços à aldeia tem carteira assinada, enquanto os Parkatêjê recebem apenas uma ajuda de custo. Famílias com mais de dez pessoas ganham 800 reais e famílias menores, entre 500 e 600 reais. Quem desempenha alguma função recebe quantia diferenciada dependendo do cargo. Há incentivo para estudantes e graduados, na faculdade e assistência maior aos anciões. Mas quem mais recebe é o cacique, 50 mil reais por mês.

Nos dias de pagamento não se vê alma viva na aldeia, os índios vão à cidade passear e comprar o rancho. Os jovens aproveitam para acessar suas redes sociais em lojas de internet, a única operadora que funciona em Mãe Maria, com dificuldade, é a Vivo. Marabá é polo administrativo dos grandes empreendimentos da região, o município é frequentado por pessoas com muito

dinheiro, os restaurantes e lojas são caros, em comparação a Belém. As mulheres exibem nas ruas belos vestidos e os homens andam alinhados em terno e gravata, sob um calor de 40 graus. Ainda que as pessoas este-jam acostumadas com carros de luxo e abundância, estranham os indígenas motorizados. Numa dessas saídas, um vendedor de artesanato comentou em tom jocoso logo após uma família Parkatêjê estacionar seu carro em frente a ele:

-Nunca vi índios como esses, com caminhonete assim! Pedem pros outros lavarem pra eles.

**K**iné esteve à frente da tesouraria da associação desde a sua fundação, mesmo fora da atual gestão, participa ativamente das reuniões, é formado em administração e almeja cursar em breve algum mestrado. O índio colabora com as negociações da comunidade com a Vale. De cinco em cinco anos, enquanto a ferrovia operar dentro de Mãe Maria, o valor do convênio é reajustado, em novo Termo de Compromisso. Os Parkatêjê tentam acordar um aumento de 57% para o ano que vem, passando o valor de 639 mil reais para um milhão. Também fazem projetos para solicitar, à parte, construção de mais casas e financiamento para empreendimentos, como o de uma fábrica de polpas de frutas. Kiné diz que eles têm como escopo a subsistência, e quem sabe no futuro, geração de renda.

Além de receberem o convênio, os Parkatêjê se beneficiam do Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale (PASA). Para utilizá-lo, eles são obrigados a apanhar toda vez uma guia que deve ser apresentada ao médico, no consultório. Para tratamentos odontológicos, o caminho é mais longo. É preciso fazer duas perícias, uma comprovando a necessidade do serviço, e mais tarde, outra atestando que ele tenha sido efetivado. Kiné relembra que era mais fácil antes da Vale ser privatizada.

**A** realidade vivida pelos Parkatêjê hoje, é de pouco tempo. Quando o velho Pyiaré chegou em Mãe Maria com sua família, em 1980, deparou-se com uma aldeia bem diferente, o diretor foi separado do seu povo ainda na adolescência. As guerras inter-tribais e as doenças pós contato com não indígenas acabaram dividindo o grupo liderado por Krohokrenhum. Pyiaré se perdeu dos outros. Foi encontrado por um funcionário do extinto órgão tutelar Serviço de Proteção ao Índio (SPI) quando tinha aproximadamente 15 anos. Sentia medo, estava sozinho. Moreira encontrando Pyiaré, levou-o para morar consigo e com a mulher Lígia. A partir de então, o índio começou a ser requisitado pelo SPI para “amansar” os indígenas isolados no contato com os “brancos”. Ele recorda que em uma dessas solicitações, atreveu-se a tentar recusá-la, queria ficar com os pais de criação, mas não pôde:



-Só quem mandava na gente era o SPI.

Foi a pedido do órgão que Pyiaré se mudou para o município de Tomé-Açu, localizado a 200 quilômetros ao sul de Belém. Na Terra Indígena Tembê, ele conheceu a esposa Júlia. Na época, ela era nova, uma formosa mãe de cinco filhos. Tiveram mais cinco juntos. A mulher se ocupava com a casa e ele com a extração de madeira. Levavam a vida de forma simples, com contentamento., até que num dia, Krohokrenhum telefonou para o velho companheiro.

Após o contato dos Parkatêjê com não indígenas em meados dos anos 50, o grupo sofreu acentuada redução demográfica. Os antropólogos Roberto daMatta e Expedito Arnaud, ao encontrá-los uma década após o contato, chegaram a descrevê-los como à beira da extinção. No entanto, a partir de 1976, quando o povo passou a conquistar sua autonomia financeira (*ler matéria Gavião alça voos*), o cacique se empenhou em chamar os indígenas que haviam se separado. A antropóloga Iara Ferraz relatou, em sua dissertação de mestrado, a chegada de Pyiaré: “Um homem mais velho, do grupo do Cocal, que estava entre os Tembê (...) veio com sua mulher (...) e filhos reunir-se posteriormente (1980) aos Parkatêjê em Mãe Maria.”

Ao chegar, Pyiaré reconheceu Krohokrenhum e os antigos compadres jogando flecha

e se fartando com vinho de garrafão. Pensou que encontraria dificuldades em se comunicar com o povo na língua, que havia desaprendido, mas todo mundo falava em português. Observando, disse:

-Nãããão, o quê tu tá fazendo? O cacique não deu atenção. Respondeu:

- Esses menino tudinho teu, ensina a trabalhá. Eu vou dá dinheiro

-Não quero que tu inventa dinheiro pra dá... com uns tempos não vai chegá dinheiro pra esse povo. Não vai ser só ele mesmo, vai aumentar. Pode dá fazenda, dá calçado, o que quiser dá pros caboclinho. Não dinheiro.

Pyiaré chegou no momento que os Parkatêjê haviam encerrado, sob ameaças, um árduo processo de negociação, que se estendia desde 1976, com a FUNAI e Eletronorte. A discórdia dizia respeito à passagem da linha de transmissão de alta tensão por dentro do território Mãe Maria. A barragem e a linha de energia de Tucuruí deram início ao Programa Grande Carajás, o país vivia então sob o regime militar, comandado por João Figueiredo. A antropóloga Iara Ferraz, que auxiliou os índios nas negociações, relatou que “em abril de 1980, os presidentes da FUNAI e da Eletronorte estiveram na aldeia do ‘Trinta’ e, nessa ocasião, apresentaram ameaças explícitas de intervenção militar naquele território, caso



os componentes do grupo não aceitassem uma contraproposta de indenização”. E que em “maio de 1980, o representante tutelar regional esteve no Mãe Maria para convencê-los a aceitar a indenização, enfatizando a possibilidade de intervenção militar na área”.

No dia primeiro de junho, o reconhecido jornalista Lúcio Flávio Pinto, que hoje produz sozinho a publicação mensal O Pessoal, escreveu no jornal paraense O Liberal a matéria intitulada “Gaviões ainda não aceitam Linhas de Tucuruí na reserva”, em que aproveitou para criticar a política indigenista da época: “Agravado o impasse, cresce a perspectiva de uma decisão de força. Ela é legal porque o Estatuto do Índio a legitima. Mas esse exemplo demonstra cabalmente que o Estatuto, a lei regulamentadora das relações entre a nossa sociedade e a dos índios, permite



# CAÇA INDÍGENA PARKATÊJÊ



todos os tipos de violações dos direitos indígenas ao abrir tantas e tão graves exceções no exercício desses direitos em favor dos interesses dos ‘brancos’. Ao intervir na área o governo não estaria praticando nenhum ato ilegal ou despropositado, mas efetivamente estaria cometendo uma injustiça. Esse tipo de solução, ademais, levaria a um inevitável confronto índios-governo que apenas prejudicaria os índios. É dever da FUNAI como tutora institucional proteger os índios e evitar que isso aconteça. Mas não é o que tem feito.”

No mesmo mês, os representantes da comunidade assinaram um convênio entre a FUNAI e a Eletronorte para o pagamento antes do início das obras de uma indenização no valor de 40 milhões de cruzeiros.

**O** índio Potiguara, ex-funcionário da FUNAI, Humberto Nascimento, mais conhecido como Tiuré, morava na aldeia na época, ele ajudou os Parkatêjê junto à Iara Ferraz e ao advogado Dalmo Dallari. Tiuré recorda o momento em que os índios descobriram o projeto em andamento. “Quando a gente se deu conta, tava caçando e escutamos o barulho de ferro na mata. O pessoal achou estranho o barulho. Quando o pessoal chegou perto, era uma equipe de topógrafos que tavam já colocando marcos de ferro. Chegaram, já fizeram a linha onde eles iam desmatar pra fazer a linha de transmissão de alta tensão da barragem. Então foi aí quando nós paramos a equipe e tomamos todo o equipamento que nós soubemos que era um grande projeto pra barragem.”

Ao tomarem conhecimento

das obras, os índios pediram de imediato o desvio do traçado que passaria por cima dos seus maiores castanhais, afugentando a caça. A estatal recusou dizendo que o desvio daria “custos substancialmente mais elevados para a Eletronorte” e propôs o pagamento de uma indenização. A partir daí, os Parkatêjê começaram a calcular o prejuízo que teriam com a derrubada dos castanhais, formalizando estudos com juristas e antropólogos empenhados em ajudá-los. Chegaram a pedir cinco valores distintos, reajustados pelo preço da castanha. Antes de cederem às pressões, o último montante negado foi o de 88 milhões, mais que o dobro do que foi pago.

A madeira derrubada para a linha de energia e o dinheiro da indenização foram usados na construção de casas de alvenaria, em formato de círculo na Aldeia do Trinta. Dois anos se passaram



e em 1982 a mineradora, na época estatal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pagou uma indenização de 56 milhões de cruzeiros pela passagem da Ferrovia de Carajás, que começou a ser construída no mesmo ano. A ferrovia atravessa toda a parte sul do território, a menos de dez quilômetros de uma das aldeias. Iara Ferraz relatou que “as negociações para o pagamento dessa indenização verificaram-se de forma precipitada e sob intensa pressão sobre ‘Cotia’ e ‘Krohokrenhum’, principalmente (os representantes da ‘comunidade’), exercida pelos agentes da empresa estatal responsável pelo empreendimento.”

Como o Banco Mundial financiou o Projeto Grande Carajás, determinou que recursos financeiros de um convênio entre a FUNAI e a CVRD deveriam ser destinados a “projetos de apoio” aos indígenas por onde a ferrovia passasse. Os Parkatêjê, no entanto, no mesmo ano, mostraram vontade de dispor de modo autônomo desses recursos. Jóaxarare recorda o dia que eles fecharam a ferrovia para que passassem a receber o dinheiro do convênio, sem intermédio da fundação, ele conta que veio gente do Brasil todo ver os índios que estavam fechando a ferrovia, inclusive a imprensa. “As coisas melhorou porque fomos pra Brasília e fomos brigar pelo que queremos. O dinheiro da Vale e a terra é nossa. Se não fizer pra nós, não passa.” Após anos de articulações e

manifestações, o convênio passou a ser administrado de forma autônoma apenas em 1997, com a criação da Associação Indígena Parkatêjê Amjip Tar Kaxuwa.

**A**pós 32 anos da passagem da Ferrovia Carajás por Mãe Maria, a história insiste em se repetir. Desta vez, porém, os Parkatêjê sabem como agir. estão habituados a empreender esse tipo de disputa. Outro diferencial é a quantidade muito maior de letrados na aldeia. Desde a criação, em 2010, de cotas para indígenas nas universidades públicas, vem crescendo o número de pessoas do povo com nível superior, com incentivo da associação. A enfermeira Maria Isabel Oliveira, que trabalha há 13 anos com a comunidade, diz que pensa em se aposentar em 2015 por compreender a necessidade crescente que os Parkatêjê sentem em desempenhar todas as funções na aldeia. No setor de saúde, por exemplo, há três técnicas de enfermagem, dois agentes de saneamento, e atualmente, duas estudantes de medicina do povo.

O filho do cacique, Kuia, é estudante de direito. O homem de baixa estatura fala alto. Deleita-se em usar termos difíceis para se comunicar e anda sempre desconfiado. Em dezembro do ano passado, meteu-se na mata depois de receber o alerta de moradores da aldeia. “As pessoas iam caçar na

ferrovia e traziam informações. Porque tem gente abrindo terraplanário, sem autorização. Três dias avisando. Quando cheguei lá tavam trabalhando, máquina pesada.”

-Quem é o chefe de vocês?

-Bom dia meu amigo!

-Você que é responsável, você tá com o licenciamento?

-Não temos nada.

-Pois infelizmente a máquina vai ser retida.

Kuia ordenou que encostassem os quatro tratores, que estavam derrubando castanheiras e outras árvores dentro do território. Depois foi ao escritório dos assessores jurídicos dos Parkatêjê, em Marabá. Eles e os advogados descobriram que as operações estavam sendo executadas por uma empresa terceirizada a serviço da Vale.

O jurista Anderson Martinez relata o que aconteceu depois deles terem retido o maquinário:

-Já tinham aberto 25 quilômetros de estrada dentro da reserva. Venâncio (funcionário da Vale) ligou para Kuia pedindo desculpas, querendo abafar o caso. Kuia solicitou uma resposta por escrito. Depois de uma semana, os trabalhadores entraram escondidos no território e tentaram sair com as máquinas, porém uma ficou atolada e não conseguiram sair.



Os Índios fizeram uma guarda para protegê-las.

Martinez esclareceu que eles levaram o caso ao Ministério Público Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Polícia Federal. Um perito engenheiro ambiental fotografou o terreno em questão e um processo foi aberto. No dia 11 de agosto, o advogado foi à aldeia para uma assembleia com o povo.

Mais de 20 indígenas se acomodaram em um grande círculo no pátio da aldeia para debater as investidas da Vale. O cacique permaneceu a reunião inteira em silêncio, com ar sério e compenetrado. Estava sentado à frente de todos. Martinez informou os Parkatêjê que a ferrovia da Vale havia sido duplicada em toda a sua extensão, exceto em Mãe Maria.

O advogado apresentou o Estudo de Componente Indígena, um calhamaço de 250 páginas redigido por antropólogos contratados pela mineradora. O estudo precisa ser aprovado pela comunidade, IBAMA e FUNAI para que a duplicação seja efetivada no território. O documento apresenta o diagnóstico do local e do empreendimento, expõe os impactos ambientais que podem decorrer dele e aponta programas específicos para amenizá-los. Os índios não querem programa, querem novo convênio. A primogênita do

cacique ouve tudo, quieta, como seu pai. No final se levanta da cadeira, em um pulo, enche o pulmão e branda com dedo em riste:

-Tá na hora de nós acordá. Tenho certeza que não tá escrito que tipo de doença vai surgí, se tem escola pra nós. A Vale nenhum momento pensa na nossa comunidade. Nós temos que nos uní. A FUNAI não ajuda a gente: Vocês são formado, se virem. Temos só nossos advogado. Nós paguemo para eles virem aqui, nos explicá, conversá com nós. E se nós

não tivesse com ele? Nós tava que nem aquele pessoal do Belo Monte. Nós qué isso pra nós? Nós que lutá! Hoje nós tá bem. Vamos brigá pelo nosso povo. Vamos fazê eles plantá coisa boa pra nós. Vamos procurá lê. Se eles fizé coisa errada e enganá nós, como enganaram nossos pais, quando fizeram trilho? Hoje nós temo mais estudo, nós vamo lutá!

Em 2015, pretende-se construir uma barragem dentro da aldeia. Os Parkatêjê já avisaram:

-Estamos prontos para a luta!





# Gavião alça voo

DO TRABALHO FORÇADO NA DITADURA MILITAR À AUTONOMIA ECONÔMICA

O reduzido grupo liderado por Krohokrenhum não era dono dos castanhais da gleba de terras, em que morava. Em período de safra, que iniciava após as primeiras chuvas, em janeiro, os cinco homens despertavam antes da alvorada e saíam para trabalhar na mata, enquanto agentes armados do órgão tutelar os chamavam de “índios preguiçosos” e “vagabundos”. Eles eram forçados a se entregar à coleta da castanha-do-pará até o anoitecer e a rotina os deixava cansados demais para praticar os rituais tradicionais. Passavam os dias a coletar os ouriços caídos aos pés das castanheiras, abrí-los com facões e em seguida levá-los em cestos às costas até o celeiro, no meio da mata. Dali as castanhas eram transportadas pelas tropas de muares até o

Posto Indígena para serem lavadas, medidas, e por fim, vendidas na cidade.

Arãkuiyt conhece bem a história, mesmo sem a ter presenciado. Foi transferida à Mãe Maria nos anos 80, depois de a Barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí inundar sua aldeia, no Maranhão. No novo território conheceu o pai de seus oito filhos. O finado esposo costumava contar para ela à noite como havia sido o serviço prestado para o governo por ele e os demais Parkatêjê durante dez anos. A atividade o deixou com problemas nas costas, que o obrigava a se entupir constantemente de comprimidos analgésicos contra dor.

Krohokrenhum não poderia imaginar o destino de seu povo





quando aceitou a proposta de Jaime e Cornélio que o faria “enricar”. Guerras inter-tribais e doenças pós contato ocorrido com não indígenas em meados dos anos 50 o haviam levado ao município de Itupiranga, onde vivia como os “brancos”. “Aí nós trabaiava em Praia Alta. Aí nós levava gado, atirava onça, vendia couro. Nós até vivia bem lá, depois me tiraram pra cá.” Em 1964 os funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) se empenharam em persuadir o cacique quanto à necessidade dele se mudar para a propriedade com grandes castanhais. Os 62 mil hectares de

terras foram concedidos ao povo em 1943, porém foram tomados por arrendatários e invasores desde 1947.

Convencido pelos servidores, o líder fez o reconhecimento do terreno. Ao chegar, deu com o sertanista Antônio Cotrim, que o tratou bem, ofereceu comida e mostrou o roçado, com arroz, mandioca, milho, banana e cana. Krohokrenhum achou além da conta de bom. Acolheu o pedido do homem e juntou seus companheiros para retirar os invasores da gleba de terras e tomar a castanha deles. Seu povo era temido pelos não indígenas desde os tempos em que morava

no meio da mata, recebendo por isso a alcunha Gavião.

-Aí a catação que os cara tavam roubando, né. Rapaz, nós era pouco, pequenininho. Mas tomamos mesmo. Ele pegou, vendeu e botô o dinheiro assim, ó: Tá aqui. Isso aqui é teu. Eu peguei: Ih, rapaz. Eu não vou mais embora não. Mas agora quando o Cotrim saiu, o SPI entrou e aí era do SPI. Não dava mais nada.

**Q**uando Krohokrenhum se mudou para Mãe Maria em 1966,





transformou-se em capitão. Era assim que o SPI denominava os chefes indígenas desde 1913. No início, ele se sentia satisfeito com os trabalhos prestados, que proporcionavam ao grupo condições para adquirir produtos industrializados. Os Parkatêjê fabricavam aguardente, melado e rapadura para consumo próprio e comercialização. E extraíam castanha para ser vendida por eles, junto a servidores do órgão tutelar, em Marabá.

A partir de 1967, porém, os serviços dos Parkatêjê tomaram caráter empresarial, agravado em 1968, com a substituição do então SPI pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), após relatório com mais de sete mil páginas do então procurador Jader Figueiredo, denunciar corrupção e abusos do órgão. A modificação fazia parte da estratégia do regime militar de aparentar engajamento com o fim da desmoralização em instituições governamentais. Na realidade, a maioria do corpo de funcionários se manteve idêntico e o relatório Figueiredo acabou sumindo misteriosamente para ser encontrado apenas no ano passado.

A coleta de castanha-do-pará passou a ser subordinada ao sistema de trabalho “barracão”, peculiar às áreas extrativistas no norte do país, com a delegacia regional da fundação em Belém desempenhando a função de “dona” dos castanhais. Num processo de dependência, os trabalhadores compravam

as mercadorias básicas à subsistência durante a safra nos barracões a preços geralmente mais elevados em comparação aos do mercado regional. O valor do “rancho”, geralmente composto por munição, querosene, sal, açúcar, café, fumo e farinha era descontado mediante apresentação da produção individual da castanha, lavada e medida em hectolitros. O saldo nem sempre era positivo, muitas vezes o castanheiro ficava devendo ao “barracão”. Krohokrenhum conta como funcionava:

-Ele troca trabalho da castanha. Ele dá açúcar, medicamento, mas coitado, nós não entendia.

A governança no final dos anos 60 e início dos 70 foi marcada pela política de ocupação dos espaços considerados vazios na Amazônia. Empresas privadas e estatais penetraram a região à custa de incentivos fiscais. Projetos de construção da Transamazônica e da Hidrelétrica de Tucuruí começaram a ser desenvolvidos, além de atividades mineradoras e pecuárias. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, a construção de estradas na Amazônia, matou oito mil indígenas somente no governo do general Garrastazu, entre 1969 e 1973. Antes, em 1968, a rodovia PA 70, atual BR 222, havia sido aberta. A estrada ainda corta o território indígena.

Um relatório produzido pelo movimento humanitário Cruz

Vermelha em 1970, depois de visita ao Posto Indígena Mãe Maria, chamou a atenção para a localização dos Parkatêjê. Eles descreveram os 28 “gaviões” encontrados à beira da estrada: “Nós ficamos muito surpresos ao vê-los aqui e achamos incompreensível a FUNAI ter o Posto à beira da rodovia. O risco desses índios vivendo tão próximos a possíveis fontes de infecção é óbvio.”



“Projeto de Extrativismo Vegetal: Castanha-do-Pará”,

empreendido pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) da FUNAI, formalizou o sistema de exploração econômica da castanha, mantido entre os Parkatêjê. Boletim Informativo da fundação de 1971 destacava que o órgão aplicou em Mãe Maria, “o maior produtor de castanhas em áreas indígenas, a importância de Cr\$30.610,00.” Ao mesmo tempo relatava que “a receita alcançada pela safra de castanhas de 1970-1971 do P.I. Mãe Maria cuja renda bruta foi de Cr\$ 88.403,88 e a líquida de Cr\$ 45.801,95 foi assim toda revertida em benefício do Posto e dos silvícolas.”

Em sua dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo (USP) em 1984, a antropóloga Iara Ferraz contestou essas informações: “As ‘promessas’ efetuadas pela ‘FUNAI’, através dos servidores locais e regionais, não se cumpriam, pois só o Posto se beneficiava com a instalação de benfeitorias, em



geral construções em alvenaria com vistas à maior racionalização da administração e da produção das safras seguintes (sede, escola e o ‘hospital’ que acabou por se transformar em depósito de castanha).”

No mesmo documento, a FUNAI informava que “nos vinte e oito Projetos Econômicos aprovados pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena em execução nas áreas indígenas estão sendo empregadas 639 pessoas, das quais 596 são indígenas. Os civilizados

desempenham funções técnicas e administrativas especializadas.”

O Boletim Informativo da FUNAI de 1972 também fazia comentários elogiosos ao posto de Mãe Maria, dizendo ser um dos primeiros instalados pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que “sobressai-se por apresentar a maior produção de Castanha do Pará dentre todos Postos da FUNAI na Amazônia.” Nas páginas seguintes, o mesmo documento exaltava o projeto Krenac, em Minas Gerais, em artigo

intitulado “Índios aculturados aprenderão ofícios na fazenda Guarani”. Mas uma reportagem do jornalista Andre Campos, publicada pelo portal A Publica no ano passado, denunciou os trabalhos forçados no Reformatório Krenac, que servia como centro para a detenção “de índios considerados ‘infratores’.”

Na época dos documentos, o posto era chefiado pelo já falecido sertanista Osmundo Fontes, descrito pelo capitão como “mau”. O índio







**Hoje em dia, a coleta da castanha não faz mais parte das atividades econômicas dos Parkatêjê**

Pyrkrejimokre, conhecido como Cotia, transferido em 1967 de sua aldeia em Tucuruí à Mãe Maria relembra esse personagem:

-O Osmundo, ele e o pai dele, ele queria todo o trabalho do capitão. Ele (Krohokrenhum) colhia castanha, o Osmundo mais o pai dele pegava e entregava para a Funai. A Funai é que vendia a castanha. E, depois, ele só dava assim, alguma coisa, o facão, coisa que ele dava, mas a castanha ele pegava e entregava.

**E**ssas condições levaram Krohokrenhum a ordenar, entre 1974 e 1975, que os Parkatêjê não extraíssem a produção estimada pelos agentes tutelares. Na mesma época, a então recém-formada em Ciências Sociais Iara Ferraz foi chamada a trabalhar em Mãe

Maria, que “estava em crise”, em um convênio firmado entre a USP, a FUNAI e a Fundação Projeto Rondon para mais tarde ser contratada pelo órgão tutelar. Na sua dissertação de mestrado, relatou fatos que presenciava no território, como “o chefe do posto acionar de madrugada o gerador de força e dar tiros de revólver para o alto, a fim de ‘acordar os índios’ (sic) para que fossem carregar o caminhão da FUNAI.”

Ferraz foi muito importante na história do povo. Auxiliou, a pedido do capitão, na conquista de autonomia econômica dos Parkatêjê, e mais tarde nas negociações com a Eletronorte e Vale. Ela também cooperou com as pesquisas do Grupo de Trabalho “Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas”, da

Comissão Nacional da Verdade, coordenado pela psicanalista e jornalista Maria Rita Kehl. Segundo Iara Ferraz, “a CNV chega ao fim deixando muita gente decepcionada.” Ela afirma que a fundação está fora das pesquisas “apesar de o Relatório Figueiredo ter sido encontrado no Museu do Índio...”

Novas mudanças na FUNAI fizeram com que a partir de 1976 os antropólogos comessem a ser afastados da coordenação de projetos para serem substituídos por funcionários dos quadros administrativos da fundação. Os Parkatêjê solicitaram continuidade do trabalho dela. Em julho de 1977, a FUNAI impediu formalmente a permanência da antropóloga em Mãe Maria e ela chegou a ser pressionada por policiais para sair da aldeia.



Quando a antropóloga chegou em Mãe Maria percebeu a insatisfação do capitão. Krohokrenhum resolveu ir então ao escritório de Brasília, onde conheceu Humberto Nascimento, mais conhecido como Tiuré, que trabalhava na Funai. Tiuré é filho de pai potiguara e mãe branca, ele se mudou para a aldeia na hora em que viu o capitão. Largou mulher e filho no Distrito Federal. Ajudou os Parkatêjê e, mais tarde, em contato com os Suruí, acabou descobrindo um cemitério clandestino, onde foram enterrados guerrilheiros do Araguaia - região próxima à Mãe Maria. Tiuré, que foi perseguido e torturado durante a ditadura, se tornou, no ano passado, o primeiro índio a receber indenização da Anistia.

Tiuré, Iara Ferraz e novo chefe do Posto Indígena, Saulo Petean, que diferente de Osmundo, não era vinculado a interesses do poder regional conseguiram empréstimo de 32 mil cruzeiros com o banqueiro Alain Moreau, intermediado pelo advogado Carlos Marés, que trabalhava junto a Dalmo Dallari, para o início da safra de 1976. O escritório da FUNAI em Belém havia autorizado o dinheiro, mas este foi retido na Delegacia Regional até o final de janeiro. Cotia, o índio Pyrkrejimokre que viera de Tucuruí, estava envolvido nas negociações: -Aí ele arrumou 30 mil cruzeiro, em 75. Já começa do 75 já, do 75 para 76. Iara veio já chegou o

dinheiro, já tá aí. Aí nós vamos arruma tropeira para castanheira, ainda não tinha nada nada. A safra de 1976 foi um sucesso. Os índios produziram quatro lotes, obtendo cerca de trezentos mil cruzeiros com a venda direta ao exportador Evandro Mutran, em Belém. Uma parte do dinheiro foi destinada para um fundo comum de recursos para empreendimentos da comunidade e outra parcela foi depositada numa conta bancária do Bradesco em nome da “Comunidade Indígena Parkatêjê” para dar início à safra seguinte. Em um ano, eles adquiriram uma camionete Toyota.

O controle dos Parkatêjê também alterou a dinâmica de trabalho, ocorrendo uma coletivização. Trabalhava-se e dividia-se tudo “no bolo”. Se alguém não quisesse trabalhar na nova sistemática poderia se juntar aos não indígenas e trabalhar no sistema de barracão, que apresentava diferenciações. A carta escrita pro Kruwa, que dominava a escrita, em 5 de maio de 1976, a pedido de Krohokrenhum, dá uma ideia da mudança:

*Os próprio índios botaram os civilizados para cortá castanha para os índios e os índios pagava emposto de renda - era livre os índios pagava os kupem (não indígena), aí, kupem ficou muito satisfeito com os índios, porque não tinha desconto em nada então por isso que kupem*

*ficou gostando do serviço dos índios. Gostaram mais o serviço dos índios de que o tempo que era Funai disse o povo que não gostaram do serviço que era da Funai... Agora os índios tão contentes porque os próprios índios fez a safra da castanha sem ter gente para ensinar como era para fazer. Mais assim mesmo, Agora agente sem a Funai eu acho que nós vamos pra frente, com fé em deus nós ter o que precisamos ter i vai ter”*

O controle financeiro passou a ser feito por Saulo Petean e Cotia. Os dois elaboraram livros-caixa, em sessões públicas no pátio da aldeia do “Trinta”. Eles discriminavam de forma simplificada os débitos e créditos dos Parkatêjê, que eram depois esclarecidos para quem se interessasse pela auxiliar de ensino, em atividades na escola do posto. Cotia se recorda:

-Todo mundo gostaram do meu trabalho. Eu olhava castanha, olhava castanheira. Tudo que precisava eu dava, mas descontava sim, ajustava conta né. Recebia castanha no dia, que deu e ajustava. Que tinha ele recebia. Pagava e tudo bem.

Diante da conquista da autonomia, o grupo deixou de vez de ser Gavião de Mãe Maria. Passou a exigir a autodenominação deles: “Parkatêjê”, que significa “grupo que controla a jusante do rio”.







# Da flecha ao futebol

A CULTURA PARKATÊJÊ RESISTE

**T**amari cruzou por Krohokrenhum vestido com uma camiseta velha e rasgada do Botafogo. No dia seguinte o cacique mandou chamá-lo. O jovem tremeu nas bases! Não são todos que se dirigem ao capitão, o senhor, para quem se estima mais de 100 anos, é figura respeitadíssima na aldeia.

-Tá aqui. Pra tu usá.

O capitão presenteou Tamari com um novo uniforme do time, que ele também torce, o garoto guardou o mimo com esmero. Mais de cinco anos depois de tê-lo ganhado, continua cuidando e usando a camiseta, hoje desbotada e pequena em seu corpo.

Krohokrenhum é Botafogo. Mas os duelos do time não têm o mesmo brilho de antigamente. Agora acompanha os jogos de casa, sozinho, não fala mais de futebol na aldeia, nem assiste às

partidas disputadas pelos jovens. O futebol se tornou uma ameaça às brincadeiras tradicionais, muito menos atrativas à nova geração Parkatêjê.

- Só futebol, só futebol!

**Q**ualquer hora que se chega na aldeia, vê-se gente com a bola no pé... ou na cabeça. Meio-dia, sob sol forte, as crianças treinam passes aéreos no igarapé, rodeadas por centenas de borboletas verdes e amarelas, mesmas cores das pinturas estampadas nas paredes das casas: “BRASIL, HEXA CAMPEÃO”. Na Copa do Mundo os dias de jogos da seleção eram festejados com comidas e foguetórios, “é uma paixão nacional, né? Nós somos os mais brasileiros”, disse um. Fizeram também apostas, mas por amor ao país, ninguém levou

o bolão. Quem pressagiaria resultado tão fatídico? As pinturas continuam anunciando o hexa, quem sabe para daqui a quatro anos?

À tarde e à noite os índios se dividem entre os dois campinhos de futebol da aldeia. Há três clubes, com presidentes e técnicos: Estrela de Ouro Parkatêjê, Projeto Krohokrenhum Parkatêjê e Parkatêjê Mãe Maria. Os garotos e garotas jogam em campeonatos em Marabá e Bom Jesus do Tocantins, todos têm troféus para exibir. No dia a dia jogam juntos, sem distinção de sexo, com muito jogo de corpo, dão carrinhos, saltam alto para cabecear e arriscam chutes de longa distância. A habilidade é reconhecida do “lado de fora”. De vez em quando, um olheiro passa por Mãe Maria e leva algumas das revelações futebolísticas.





Poreti é um dos destaques masculinos, o menino sonha em jogar no Vasco da Gama, seu time de coração. Segue o campeonato europeu pela televisão e se espelha no português Cristiano Ronaldo, craque do Real Madrid, atualmente eleito o melhor jogador do mundo. Poreti vive pedindo aos seus pais para ir a Belém fazer um teste na equipe do Paysandu Sport Club, mas sua mãe fica temerosa em deixar seu filho sair da aldeia.

-Aqui é diferente, a família acostuma a ficar junto.

O melhor amigo de Poreti, Johonré, foi chamado neste ano para integrar o time de base do Clube do Remo, o

rival do Paysandu na capital paraense. Começou sua carreira profissional no Kuikatejê Gavião, equipe profissional da aldeia do quilômetro 25, do Mãe Maria, que disputa a primeira divisão do campeonato estadual. A relação dos Parkatejê com os povos das outras aldeias do território não é sempre amigável, brigas por questões financeiras e liderança criam uma atmosfera de desavença no local, menos no futebol! Os boleiros das diferentes aldeias mantêm contato e jogam entre si de forma saudável.



corpulento professor de educação física da Escola Estadual Peptykre Parkatejê, Jocivaldo Madeira Oliveira, busca conciliar o desejo dos jovens com

o do cacique. Atende aos pedidos de ajuda para esquemas táticos de futebol dos times, mas em suas aulas investe nas brincadeiras tradicionais, que vem aprendendo com os anciões desde que começou a lecionar na aldeia.

Diante do anúncio da brincadeira do mamão, começa a balbúrdia. Os índios formam um grande círculo. Alguém pega a bola - o mamão foi substituído pela bola para evitar machucados maiores - e joga em uma pessoa do outro sexo. Quem recebe precisa proteger com toda a sua força o objeto enquanto o outro não mede esforços para tentar pegá-lo. Quando começa a ficar difícil, os parentes de cada um podem acudir. Não é raro, as pessoas saírem do “combate” com





**Os jovens jogam bola no igarapé do meio-dia às 14 horas. Eles geralmente treinam passes aéreos.**



as roupas rasgadas e o corpo arranhado.

As festas organizadas pelos anciões promovem momentos de interação entre todos da aldeia, em brincadeiras como o jogo do mamão. Os velhos passam os dias no pátio praticando arco e flecha, chegam no início da manhã para saírem apenas no final da tarde e ensinam a cultura aos jovens que os procuram. Alguns se comunicam apenas no dialeto Timbira, o Parkatêjê, dificultando a relação com os mais jovens. Assim que termina uma festividade, decidem juntos a Krohokrenhum qual será a próxima.

Duas festas são obrigatórias: Pàn e Hák (Arara e Gavião) e Tep, Xêxêtere e Têre (Peixe, Arraia

e Lontra). Cada Parkatêjê nasce um animal, o mesmo que o seu padrinho - aquele que dá o nome. Nas festas os grupos de animais se juntam em times e disputam os jogos. As competições provam força e agilidade. Uma das mais praticadas é a corrida de tora, em que eles adentram a mata, cortam uma tora densa põe sobre as costas e correm de volta ao pátio.

Outra prática importante é a cantiga. O cantor é definido em seu nascimento, as pessoas são predestinadas a cumprir determinados papéis sociais no povo. Krohokrenhum além de cacique é o único a desempenhar

essa função, conhece as mais de 500 músicas diferentes. Ele é a primeira voz e manuseia o maracá, em algumas festas tem que cantar e dançar por mais de 12 horas seguidas, enquanto as mulheres fazem a segunda voz e dançam atrás dele e dos outros homens.

Um grupo de mulheres resolveu se unir para pedir ajuda ao capitão, elas querem aprender os cantos e registrá-los em áudio e texto. Começaram a se encontrar com o cacique nas madrugadas para ouvir as letras, entendê-las e



gravarem. O líder não esconde o sorriso do rosto por vê-las interessadas. Repete quantas vezes for preciso até que todas tenham compreendido!

Uma das discípulas é Jopramré, neta de Krohokrenhum e conselheira do povo. Ela diz que tem muito medo do que acontecerá quando seu avô falecer:

-Quero aproveitar o máximo enquanto vovô tá aqui. Depois não sei como vai ser. A gente se acostumou com as coisas de kupê (não indígena), TV é bom, energia... mas a língua, nossa cultura é a única coisa que a gente tem. Jopramré sente orgulho de sua cultura. Tanto que no

dia de apresentar o trabalho de conclusão do curso de administração da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) foi pintada de jenipapo e urucum. Conta que às vezes, quando sai pintada, as pessoas pensam que a mão dela está suja de preto, mas não se importa, acha bonito.

Em 2011, Jopramré foi uma das mais ativas no trabalho empreendido pela comunidade para registrar suas memórias. O livro e o DVD intitulados “Me Ikwy Tekjê Ri” foram feitos a partir de oficinas de técnicas de entrevista, gravação e transcrição dadas pela linguista Leopoldina Araújo, o cineasta

de “Vídeo na Aldeias”, Vicent Carelli, e o designer Guilherme Kiehl Noronha. As atividades estimularam a curiosidade dos mais novos pela história dos Parkatêjê. O título escolhido pelo cacique significa: Isto pertence ao meu povo.

Krohokrenhum sabe que ainda tem muito a fazer. Desde 1986 vem liderando o movimento para retomar a cultura, abandonada a partir do contato com não indígenas. A autonomia e confiança dos Parkatêjê os ajudaram a voltar a ter tempo e vontade de praticarem os rituais tradicionais. Eles estão aprendendo que futebol e flecha, quem diria, combinam sim!







**Durante as festas tradicionais, os Parkatêjê chegam a cantar e dançar por mais de 12 horas seguidas**





**Gavião não, nós somos Parkatêjê!**

**Joana Zanotto Sabbá Guimarães**

**2014.2**

**orientação: Mauro César Silveira**

**fotos: Laís Souza e Pedro Stropasolas**

**diagramação: Merlim Malacoski**